

Parlamentares de oposição protocolaram nesta segunda-feira (28) representação na Procuradoria-Geral da República para que sejam apuradas as denúncias de crimes de concussão, advocacia administrativa e improbidade administrativa cometidos pelo presidente da República, Michel Temer. O documento é assinado por deputados e senadores do PT e do PCdoB.

— Estamos pedindo que a Procuradoria-Geral da República investigue o presidente da República por três crimes: prevaricação, concussão e advocacia administrativa. E esperamos que a investigação seja aberta – afirmou o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE). As denúncias tratam do caso envolvendo o apartamento do ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, que se demitiu na sexta-feira (25), após as denúncias do ex-ministro da Cultura, Marcelo Calero.

Para a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), as evidências de que o presidente cometeu crime de responsabilidade são “bastante claras”, uma vez que não havia conflitos administrativos a serem resolvidos, ao contrário do que Temer disse. Fátima ponderou que o Iphan, em nível nacional, já havia negado o alvará de construção do prédio na Bahia por ferir a legislação ambiental.

— Não se tratava de conflito administrativo. O que o presidente faz? Usa a instituição sagrada, que é a Presidência da República, chama o próprio ministro da Cultura e pede a ele que ele dê um jeitinho, que ele envie o processo para a AGU, porque, segundo o próprio presidente, a AGU já estava pensando também em dar um jeito, que era dar uma solução que fosse boa para ambos - afirmou.

Impeachment

Além da representação na PGR, os senadores querem também que sejam ouvidos na Casa o ministro-chefe da Casa Civil Eliseu Padilha, o novo ministro da Cultura, Roberto Freire, e a advogada-geral da União, Grace Mendonça. A intenção é ouvir esclarecimentos dos ministros sobre o suposto tráfico de influência que o ex-ministro Geddel Vieira Lima exercia no governo.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) revelou que a oposição deve protocolar um pedido de impeachment contra o presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados ainda esta semana. Segundo Lindbergh, o documento deve ser assinado pelos movimentos sociais, porque, se for assinado pelos parlamentares, estes poderiam ficar impedidos de participar e votar no processo do impeachment.

[Fonte: Agência Senado, 29 de novembro de 2016](#)